

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.460.588 - MA (2014/0142101-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : COMÉRCIO E TRANSPORTES BOA ESPERANÇA LTDA
ADVOGADOS : ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA E OUTRO(S) -
PA011307A
KALLYD DA SILVA MARTINS - PA015246
RECORRIDO : CARLOS FREDERICO TAVARES DOMINICI
RECORRIDO : ÍTALO FÁBIO AZEVEDO
ADVOGADO : CARLOS FREDERICO TAVARES DOMINICI (EM CAUSA
PRÓPRIA) E OUTRO - MA005410

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **COMÉRCIO E TRANSPORTES BOA ESPERANÇA LTDA**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, assim ementado (fl. 159, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO AUTÔNOMO. TRANSAÇÃO JUDICIAL. FASE DE EXECUÇÃO. PREJUÍZO DO ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO.

1. Havendo acordo entre as partes sem a participação do advogado após a formação da coisa julgada, é assegurado o seu direito autônomo de executar os honorários advocatícios de sucumbência.
2. Agravo de instrumento provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 174-178, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 196-203, e-STJ), a recorrente apontou violação aos artigos 269, III, 475-L, VI e 475-N, III, todos do CPC/73 e ao artigo 884 do Código Civil. Sustentou, em síntese, que por se tratar de acordo entre as partes *"qualquer custa e/ou despesa, inclusive no tocante aos honorários advocatícios são de estrita responsabilidade de cada parte, não havendo que se falar em honorários de sucumbência."* (fl. 201, e-STJ)

Contrarrazões às fls. 217-229, e-STJ.

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 245-246, e-STJ), os autos ascenderam a esta Corte.

É o relatório.

Decido.

A insurgência recursal não prospera.

1. Cinge-se a controvérsia acerca do direito à execução dos honorários advocatícios pelo patrono da parte, quando celebrado acordo entre as partes sem a participação do advogado.

No ponto, o órgão julgador assim decidiu:

Superior Tribunal de Justiça

Analizando, neste momento, o mérito da pretensão recursal, observo que assiste razão aos agravantes. **Com efeito, deduz-se do art. 22 da Lei n. 8.906/94, que a prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.**

No mesmo sentido, também dispõe o art. 20 do Código de Processo Civil, quando vaticina que:

Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

Dos dispositivos epigrafados conclui-se que o direito **à verba honorária configura-se em direito autônomo do advogado**, que pode executar a parte vencida tão logo transite em julgado a sentença, com a respectiva formação do título executivo judicial. Tanto é assim que, inclusive, mesmo quando há sucumbência recíproca fica ressalvado o direito do causídico, conforme se verifica da **súmula 306 do Superior Tribunal de Justiça**, in verbis:

306. Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.

Tal linha de raciocínio deve ser a mesma a ser utilizada para a hipótese em que, após a coisa julgada, haja transação judicial somente entre as partes, sem participação do procurador. Ora, como se trata de direito autônomo do advogado, caberia a ele transigir acerca do seu direito aos honorários de sucumbência, já açambarcado, inclusive, por um título executivo judicial.

Permitir que a parte transacione com prejuízo do direito do advogado, sem a participação deste, é violar, a meu ver, o direito fundamental de que ninguém será privado de seus bens e direitos sem o devido processo legal (art. 5º, LIV).

Tratando-se de direito autônomo, caberia somente a ele transigir sobre a verba, o que in casu não ocorreu. (fls. 161-162, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, a Corte local aplicou o disposto nos artigos 22 da Lei 8.960/94 e 20 do CPC/73 e o teor da Súmula 306 do STJ, bem assim o entendimento de que a verba honorária configura-se direito autônomo do advogado, o qual pode ser executado quando houver acordo, após a coisa julgada, sem a participação do procurador. Tais fundamentos não foram rebatidos nas razões do apelo extremo e se mostram suficientes para manter o *decisum* recorrido.

Ao contrário, a recorrente - de maneira dissociada da fundamentação do acórdão - sustenta a tese de violação aos artigos 269, III, 475-L, VI e 475-N, III, do CPC/73 e 884 do Código Civil, revelando-se deficiente a fundamentação do recurso, fazendo incidir o teor das Súmulas 283 e 284/STF à hipótese.

Nesse mesmo sentido, transcreve-se os seguintes precedentes:

CONSUMIDOR E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CLÁUSULA EXCLUDENTE DA COBERTURA.

Superior Tribunal de Justiça

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SFH. ACÓRDÃO FUNDADO NO CDC. NULIDADE DA CLÁUSULA. ART. 51, IV, DO CDC. ESPECIAL DISTANCIANDO-SE DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. TESE SUFICIENTE NÃO IMPUGNADA. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] 3. **A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROTESTO. DUPLICATA. RECEBIMENTO DE MERCADORIAS. MOTIVAÇÕES. FUNDAMENTO NÃO REFUTADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 283 E 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. [...] 2. **A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, configura deficiente fundamentação do recurso especial, de acordo com as súmulas 283 e 284/STF.** [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1286749/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 29/06/2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA POSSE COM ANIMUS DOMINI (POSSE AD USUCAPIONEM). FUNDAMENTOS DO ESPECIAL DISSOCIADOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUMULAS 283 E 284 DO STF. DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. **Estando as razões do recurso especial dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, não havendo, portanto, impugnação do decisum, tem incidência as Súmulas 283 e 284 do STF.** [...] 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 699.369/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015) [grifou-se]

Desta forma, a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido e as razões recursais dissociadas do que ficou decidido pelo Tribunal de piso demonstram a deficiência de fundamentação do recurso, sendo inafastável o teor das Súmulas 283 e 284 do STF.

2. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

